



 /truzziadvogados

 /truzziadvogados

 /giseletruzzi

 /giseletruzzi

 /giseletruzzi

LGPD

Lei Geral de Proteção de Dados

Live 01/04/2020 – Congresso Online de Proteção de Dados
Organização: Dra. Gabriela Barreto - @gabrielabarretoadv

via instagram @truzziadvogados e @gabrielabarretoadv



- Advogada especialista em Direito Digital e Segurança da Informação, proprietária de **“Truzzi Advogados”**;
- Articulista do site da revista **ISTOÉDinheiro**; onde escreve periodicamente sobre Tecnologia e Direito;
- Co-autora da obra **“DIREITO DIGITAL: Debates Contemporâneos”** (ed. RT), lançada em out/2019, contribuindo com o artigo: ***“O impacto das fake news na reputação de pessoas e instituições: como mitigar riscos e reduzir danos”***
- Atua nas esferas consultiva e contenciosa do Direito Digital desde 2005;
- Ministra palestras, aulas e treinamentos na área do Direito Digital em todo o Brasil;
- Graduada em Direito pela **Universidade Presbiteriana Mackenzie** (2004);
- Extensão em **“Direito da Tecnologia da Informação”** pela Fundação Getúlio Vargas - **FGV** (2007);
- Pós-graduada em **“Gestão e Tecnologias em Segurança da Informação”** - Faculdade Impacta Tecnologia (2010);
- Certificada em **Direitos Autorais** pela **Harward Law School**, em parceria com o ITS-RJ (2017);
- Condecorada com a **“Comenda Tobias Barreto”** em maio/2019, pelo **IBED – Instituto Brasileiro de Estudos do Direito**, pela excelência dos serviços jurídicos prestados, notório saber jurídico e compartilhamento do conhecimento junto à sociedade;
- **Professora Convidada** de diversas instituições de ensino superior, tais como Escola Superior de Advocacia da OAB/SP (ESA), Escola Paulista de Direito (EPD), Faculdade São Judas Tadeu (SP), Faculdade Idez (João Pessoa – PB), UNINASSAU (Maceió/AL), FIA-USP, IBTA e FASP (São Paulo). **Atualmente é professora do curso de especialização em Direito Digital da PUC-CAMPINAS.**
- **Membro da “Comissão de Ciência e Tecnologia”** e da **“Comissão Permanente da Mulher Advogada”**, ambas da **OAB/SP**;
- **Membro da ABMCJ** – Associação Brasileira de Mulheres de Carreiras Jurídicas;
- **Autora de diversos artigos sobre Direito Digital**, sendo alguns deles publicados na **“Revista de Direito das Novas Tecnologias”** (IBDI/IOB);
- **Ministrou cursos e palestras junto à instituições privadas e públicas**, tais como: Câmara dos Deputados, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (Brasília/DF, PRODESP, Ministério Público do Estado de Roraima, Ministério Público do Estado do Maranhão, Estado Maior do Exército, Tribunal Superior do Trabalho (TST), Escola de Magistratura do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo (EMATRA – TRT 2ª Região), 4º Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação e Comunicação (Recife/PE), COALTI (Maceió/AL), CNASI (São Paulo/SP, Brasília/DF e Recife/PE), USP São Carlos, ICCyber, Fenalaw; bem como em diversos outros eventos.

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Lei nº 13.709/2018

A LGPD é um marco regulatório relacionado à proteção de dados pessoais e à privacidade no Brasil. Regula o tratamento de dados PESSOAIS. Pessoas Físicas.

É uma lei transversal: ela afeta todos os setores da economia:

- **Poder público**
- **Empresas privadas**
- **meios online**
- **meios offline**

Ela se aplica por ex: ao indivíduo que trabalha informalmente como pessoa física, vendendo produtos ou serviços diretamente p/ outras pessoas, e tem um cadastro de seus clientes, seja em um sistema, em uma planilha de excel, em um caderno físico.

Tbm se aplica p/ empresas, não importa o tamanho. E também p/ o poder público.

Não possuíamos até então legislação específica sobre esse assunto.

Antes: possuíamos questões sobre a privacidade de forma ampla:

- **Disposições na CF, CC, CDC + legislações específicas (lei de interceptação telefônica, Marco Civil da internet, etc)**
- **Cerca de 36 a 40 normas e regulamentos setoriais (BACEN, SUSEP, ANVISA, MEC, etc)**

A LGPD veio p/ unificar e padronizar essas legislações. E também é vista como uma forma de adequar a proteção de dados pessoais no Brasil, além de fomentar o desenvolvimento tecnológico e econômico.

1. Fomento ao desenvolvimento tecnológico e econômico:

A partir do momento em que as empresas são obrigadas pela lei a cumprirem certos requisitos, isso pode ser visto como um **diferencial p/ estas empresas: mostrar que estar compliance c/ a LGPD torna-se um diferencial de mercado.**

Gera maior **confiança p/ os clientes**, aumenta a **credibilidade** no mercado, impacta a **reputação da empresa positivamente**, podendo até influenciar no **aumento de valores de ações**, caso a empresa seja aberta em bolsa.

Portanto, a aplicação da LGPD não deve ser vista como um custo, uma despesa, mas sim um meio de AGREGAR VALOR:

- **mostrar ao mercado e ao público que sua instituição se preocupa com a questão da privacidade e c/ a proteção dos dados pessoais;**
- **é uma inovação tecnológica;**
- **é um projeto de comércio internacional.**

2. Proteção de direitos e liberdades fundamentais:

Nosso direito à privacidade é garantido pela CF. Contudo, não havíamos até então disposições específicas e detalhadas sobre PROTEÇÃO DE DADOS e PRIVACIDADE. Não havia limitações definidas p/ empresas e poder público sobre quais dados dos cidadãos que podem ser coletados, tratados, armazenados, por qual prazo, sobre compartilhamento de dados pessoais, transferência internacional de dados, direitos específicos dos titulares dos dados pessoais, etc.

A ausência de uma regulamentação sobre isso deixa o cidadão completamente vulnerável, à mercê do poder público e de empresas, que fazem o que bem entendem com os dados pessoais. Isso pode abrir margens p/ práticas autoritárias governamentais e também p/ o vigilantismo sem medidas.

Portanto, entendemos que a LGPD não é um custo, mas sim um avanço tecnológico, social, político e legislativo.

1) Como balancear proteção e exigências regulatórias sobre violação de dados e segurança da informação?

Uma das formas de fazer esse balanceamento seria demonstrar que o tratamento daquele dado pessoal é efetuado de modo a atender unicamente uma **finalidade** específica.

Ex: p/ cumprir legislação fiscal, preciso de determinado de CPF e endereço p/ emitir NFs, mesmo que esteja vendendo um software que pode ser feito download, não há entrega física de produto.

Também pode ser possível alinhar essa finalidade ao atendimento de uma expectativa do usuário (titular do dado).



2) O que são dados pessoais? Exemplifique.

DADO PESSOAL (art. 5º, I)

➤ Dados pessoais

Toda informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, nºs identificadores, dados locacionais, identificadores eletrônicos*.

***quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.**

Ex.: (Nome, e-mail, endereço, nº documento, biometria, geolocalização, IP, nº de cartão de crédito)

➤ Dados sensíveis

Origem racial ou étnica, convicções religiosas ou políticas, associações à entidades religiosas/filosóficas/políticas, saúde, vida sexual, dados genéticos ou biométricos*.

Ex: foto coletada no ato da matrícula em totem de rede de academias, fingerprint, íris, prontuário médico, exames médicos, lista de compras em uma farmácia (atrelada à identificação da pessoa)

***quando estiverem associados a uma pessoa.**

➤ Dados anonimizados

Titular que não pode ser identificado ou identificável. Ex: dados estatísticos, pesquisa, coletados por provedores, cartórios, convênios de empresas c/ Poder Público. (BIG DATA).

3) O que as pessoas/empresas podem fazer com seus dados pessoais? O que vai mudar na rotina principalmente dos escritórios?

Atualmente, as pessoas/empresas/órgãos públicos coletam, tratam, armazenam, compartilham, vendem, cedem, nossos dados pessoais, e muitas vezes nem sequer sabemos disso. Nossos dados pessoais são a moeda do momento. Fazem de tudo com nossos dados pessoais.

Com a LGPD isso vai mudar. **Terá de haver consentimento p/ tratamento de dados pessoais sensíveis OU as pessoas/empresas que estão fazendo esses tratamentos de dados deverão fundamentar essas atividades em uma das bases legais da LGPD:** deverão analisar fluxo de dados pessoais, verificar qual é o tipo de base de dados e então encontrar a fundamentação da LGPD mais adequada p/ continuarem o tratamento desses dados pessoais.

BASES LEGAIS DA LGPD – art. 7º da lei

Nos escritórios de advocacia: revisão dos contratos de honorários, p/ inserção de cláusula específica relacionada à LGPD, autorizando o tratamento de dados pessoais sensíveis p/ aquela relação profissional e por determinado tempo.

BASES LEGAIS DA LGPD – art. 7º da lei

01. CONSENTIMENTO

É a única base legal onde se necessita de autorização do titular

02. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO LEGAL

Se houver uma portaria, órgão regulador ou entidade legal em que o controlador deve prestar contas

03. EXECUÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

O Estado pode tratar dados para segurança pública, saúde etc.

04. EXECUÇÃO DE CONTRATO

Quando é necessário tratar o dado para execução de um contrato, respeitando o princípio da finalidade

05. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITOS

Sempre que for necessário exercer um direito do controlador.

06. PROTEÇÃO DA VIDA OU A VIDA

Sempre que for necessário tratar o dado para proteger a vida do titular

07. TUTELA DE SAÚDE

Não é necessário consentimento do ponto de vista público.

08. ATIVIDADE ACADÊMICA

Não é necessário consentimento para finalidades acadêmicas

09. PROTEÇÃO DO CRÉDITO

Não é necessário consentimento no sentido regulado, p.ex. SPC, SERASA, etc.

10. LEGÍTIMO INTERESSE

Não é necessário consentimento desde que o tratamento esteja baseado em situação concreta e que traga benefícios ao titular e estejam alinhadas com as expectativas do titular.

4) O que todos os advogados precisam saber sobre a LGPD? Quais os princípios que norteiam?

Que a LGPD também se aplica internamente p/ escritórios de advocacia e advogados autônomos, que trabalham sozinhos.

Deverão fazer essa análise do fluxo de dados pessoais em suas rotinas de trabalho, identificar os tipos de bases de dados em suas atividades (dado pessoal, dado pessoal sensível – saúde, financeiro, biométrico, estilo de vida, etc) e dar o tratamento adequado à cada base de dado:

Dados pessoais sensíveis: devem ter consentimento do titular p/ tratamento desse dado, devem estar armazenados com maior segurança (criptografia, anonimização).

Segregação de redes no escritório > separação de diretórios acessíveis p/ cada cargo > acessos restritos.

Guiar-se pelos fundamentos da LGPD (art. 2º) e pelas bases legais da LGPD (art. 7º) é um bom começo.

Os princípios norteadores são os fundamentos da LGPD (art. 2º), em especial:

- privacidade;
- Inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
- Direitos humanos

5) Em meio à pandemia e crise econômica, concorda com as fundamentações que estão sendo sugeridas para o adiamento da LGPD?

Não concordo com o adiamento da LGPD, pois entendo que a própria LGPD poderá nos ajudar a vencer a pandemia e a crise econômica.

A LGPD foi **publicada em agosto/2018**, já com prazo de vigência definido (fev/2020), que foi prorrogado p/ agosto/2020). Ou seja: **todos já sabiam da aplicabilidade da lei desde então, e deveriam estar preparados p/ isso neste momento.**

O Brasil já está atrasado nas questões da proteção de dados e da privacidade. Postergar essa lei é ficar ainda mais p/ trás nessa questão. **LGPD não surgiu de forma repentina, é fruto de um debate de quase 10 anos** no Congresso e c/ sociedade e associações civis. A sociedade espera essa lei há muito tempo, os setores da economia também precisam dessa lei p/ poderem transacionar c/ países europeus (obrigação do GDPR) – a saída p/ nossa crise pode estar no comércio internacional e nas relações comerciais relacionadas à transferências internacionais de dados pessoais.

Precisamos dessa lei tbm p/ questões relacionadas ao combate ao COVID, pois sem ela, não conseguimos atender às solicitações de organismos internacionais ref. a dados pessoais, estatísticos e de monitoramento de portadores de COVID. E tbm não podemos receber dados de outros países, relacionados à essa questão. Ou seja: perdemos força no combate ao vírus.

Combater COVID sem LGPD pode gerar + problemas, judicialização e impactar negócios e parcerias internacionais, bem como relações c/ demais países e organismos internacionais.

Já há empresas vendendo serviços p/ poder público de monitoramento de cidadãos, usando geolocalização, apps e dados pessoais (ex: Recife). E aí, que dados estão sendo utilizados? O quão intrusiva são essas tecnologias? O que será feito c/ esses dados depois?

Estamos num cenário nacional, em que devido ao confinamento, as pessoas estão utilizando massivamente: aplicativos p/ trabalho remoto, apps p/ delivery de comida e entrega de produtos, apps p/ treinamento físico, etc. Confinamento + uso massivo de apps + sem LGPD = massa de dados infinita dos cidadãos rodando por diversas plataformas = caos.

Sem 1 lei de proteção de dados pessoais, há possibilidades desastrosas do uso indevido de dados pessoais nessa situação de pandemia.

Se a situação do COVID impõe que sejam adotadas medidas de urgência/calamidade pública, é proporcional que diante disso, também apliquemos c/ urgência a LGPD. Olhar p/ lei c/ mais atenção agora.

Essa justificativa de crise econômica + COVID não é justificativa. É um paliativo p/ prorrogar a solidificação de direitos e garantias fundamentais do cidadão. Gera situação de vulnerabilidade extrema p/ pessoas, empresas, economia, governo.

Entrar em vigor em agosto, como foi prevista, p/ auxiliar nas questões dos dados pessoais em relação ao combate do COVID. Suspender aplicação sanções por 1 tempo menor possível (6 meses). Combater o COVID é tbm aplicar a LGPD e estruturar a ANPD.

6) Quais as responsabilidades das organizações em caso de incidentes em tratamentos de dados?

De acordo com a LGPD, há responsabilização direta das organizações no caso de incidentes em tratamento de dados.

Se houver a figura de CONTROLADOR dos dados (aquele que detém os dados pessoais dos titulares) e o OPERADOR dos dados (aquele que vai tratar os dados a mando do Controlador), essa **responsabilidade é SOLIDÁRIA**.

Ex: Cambridge e Facebook

Portanto, tanto Controlador quanto Operador respondem pelos danos advindos.

Essa responsabilização poderá ser apurada posteriormente, em processo judicial, onde caberá a cada um provar a culpa e demonstrar onde ocorreu o incidente.

Sem a LGPD essa responsabilização já ocorre, respondendo pelos danos a empresa com a qual o titular do dado teve relação.

7) Como garantir ética, privacidade e segurança das informações na proteção de dados em meio ao uso da inteligência artificial?

Criação de códigos de conduta p/ equipes de desenvolvimento: possibilitar criação de tecnologias pautadas no conceito de “Privacy by design”, desenvolvimento de algoritmos não discriminatórios, atendimento à legislação vigente.

Priorizar a pessoa, não somente o dado pessoal, ou o produto.

Pensar que atrás de um dado pessoal existe um indivíduo. E esse indivíduo pode ser vc.

Não vincular prestação de serviço a fornecimento de dados que sejam além do necessário, que não sejam imprescindíveis à prestação daquele serviço.

8) O que a organização, seja empresa privada, pública ganha em demonstrar conformidade com a LGPD?

Aplicação da LGPD não deve ser vista como um custo, uma despesa, mas sim um meio de AGREGAR VALOR:

- **mostrar ao mercado e ao público que sua instituição se preocupa com a questão da privacidade e c/ a proteção dos dados pessoais;**
- **é uma inovação tecnológica:** pois o grande petróleo hj são dados pessoais, esse é o nosso grande capital. Tudo são dados. Então, a partir do momento que investimos em adequar o tratamento de dados pessoais à legislação, estamos inovando também, pois as empresas e o poder público deverão criar outros meios de se validar a coleta e o tratamento desses dados. Dependendo da situação, deverá haver um novo consentimento do usuário, em uma nova plataforma, ou uma nova forma de adequar-se o tratamento daquele dado, e isso vai sendo criado e desenvolvido pelas instituições, colocando o depto de TI p/ trabalhar de mãos dadas c/ o depto jurídico, solucionando problemas, criando interfaces novas. Isso é inovação, é uma mudança positiva.
- **é um projeto de comércio internacional:** A União Europeia, por força do **GDPR**, **não** realiza transações comerciais c/ países que **não tenham uma legislação sobre proteção de dados pessoais**.

9) Como adequar o tratamento dos dados pessoais à LGPD?

De modo mais detalhado: desenvolver e aplicar um plano de compliance p/ LGPD, unindo parte técnica de TI e SI + parte jurídica.

Na parte técnica de TI + SI:

Fazer a análise do fluxo de dados pessoais do seu negócio (data mapping), verificar quais controles de segurança da informação seu negócio/plataforma/app possui, revisar normas e políticas de segurança da informação, verificar qual é a lacuna existente nesse negócio em termos de SI, gerar um relatório de impacto e ter plano de implementação p/ as melhorias recomendadas.

Na parte jurídica:

De acordo com os resultados apontados pela parte técnica (TI+SI), analisar a aplicação das bases legais da LGPD às bases de dados existentes. Verificar qual é o tipo de base de dados existente e então, qual seria a melhor base legal (fundamentação legal) da LGPD p/ fazer o tratamento dessa base de dados e fazer essa recomendação => parecer jurídico.

Desenvolver a estrutura do “encarregado” (“DPO” x encarregado do tratamento de dados). Revisar contratos, termos de uso, política de privacidade. Tudo com o foco na regulação de proteção de dados.

Isso tudo pode (e deve) ser feito antes da vigência da LGPD, até p/ atendimento de padrões internacionais de proteção de dados, e também p/ demonstrar preocupação c/ o usuário, p/ impactar positivamente a empresa naquelas questões que disse.

10) Um conselho aos advogados que nos assistem.

Não desista!

Por mais que as situações estejam difíceis, que os cenários não sejam promissores, que te falte esperança, lembre-se: das crises, podem surgir novas e boas ideias.

Crises são forças motrizes p/ uma nova realidade.

Quem sobrevive é quem possui capacidade de se adaptar.

Então, assim como vc procura brechas na lei em prol do seu cliente, procure brechas de luz na escuridão. Procure por novas formas de desenvolver seu trabalho, de atender seu cliente, por novos nichos de mercado...

Pode surgir um novo horizonte a ser explorado aí na frente.

Como dizia o físico Stephen Hawking: **“se há vida, há esperança.”**

Não importa quanto
a vida possa ser ruim,
sempre existe algo que
você pode fazer, e triunfar.
Enquanto há vida, há esperança.

Stephen Hawking



PENSADOR

Um dos projetos de lei que visava a prorrogação da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, foi aprovado em 03/04 no Senado Federal e portanto, a LGPD deverá entrar parcialmente em vigor em 01/01/2021, com a ressalva de que os artigos relacionados às sanções/multas só terão vigência em 01/08/2021

O projeto de lei em questão foi aprovado no Senado e seguirá para votação na Câmara dos Deputados. Se aprovado, caberá ao Presidente da República assinar ou vetar.

As empresas terão um prazo maior para se adequarem à nova legislação, mas dependendo do seu porte e dos dados pessoais tratados, poderão encontrar dificuldades mesmo dentro desse novo período.

De janeiro a agosto/2021 os cidadãos (titulares dos dados pessoais) poderão fazer questionamentos às empresas e Poder Público, relacionados à proteção dos dados pessoais e privacidade, bem como efetuarem denúncias a instituições tais como Ministério Público e PROCON, referentes a descumprimentos da LGPD. Esta situação poderá impactar fortemente uma empresa que não estiver em compliance. Contudo, as sanções somente poderão ser aplicadas a partir de agosto/2021.

Segue abaixo trecho do texto do PL em questão: **PL 1179/20**

Art. 21. O art. 65 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:
“Art. 65.

II – 1º de agosto de 2021, quanto aos arts. 52 ao 54”;

III - 1º de janeiro de 2021, quanto aos demais artigos.”



f /truzziadvogados

@truzziadvogados

y /giseletruzzi

in /giseletruzzi

t /giseletruzzi

Gisele Truzzi

www.truzzi.com.br

contato@truzzi.com.br

(11) 3075-2843

(11) 98584-9279

Avenida Paulista, 1765, Conj. 72,
CV 8828 - Bela Vista, São Paulo/SP
CEP 01311-200

www.truzzi.com.br

gisele@truzzi.com.br

➤ Redes sociais:

f [truzziadvogados](https://www.facebook.com/truzziadvogados)

@ [truzziadvogados](https://www.instagram.com/truzziadvogados)

y [giseletruzzi](https://www.youtube.com/c/giseletruzzi)

in [giseletruzzi](https://www.linkedin.com/company/giseletruzzi)

t [giseletruzzi](https://www.twitter.com/giseletruzzi)



Scan me

f /truzziadvogados

@truzziadvogados

y /giseletruzzi

in /giseletruzzi

t /giseletruzzi